

ATA DA 17ª REUNIÃO DO CONSELHO CURADOR DA EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A – EBC, REALIZADA AOS ONZE DIAS DO MÊS DE MAIO DE DOIS MIL E DEZ NO HOTEL NACIONAL – BRASÍLIA-DF, NA FORMA ABAIXO

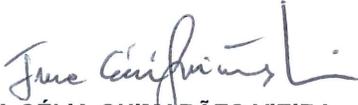
CNPJ Nº 09.168704/0001-42 NIRE Nº 53.5.0000348-7

Aos onze dias do mês de maio do ano de dois mil e dez, às nove horas, no Hotel Nacional, Brasília-DF, reuniu-se o Conselho Curador da EBC, convocado na forma do artigo 28 do Decreto nº 6.689, de 11 de dezembro de 2008, publicado no DOU de 12 de dezembro de 2008, com a presença dos seguintes membros: **Ima Célia Guimarães Vieira** (presidente), **João Luiz Silva Ferreira** (ministro de Estado da Cultura), **Franklin de Souza Martins** (ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República), **Ildeu de Castro** (diretor do Departamento de Popularização do MCT), representando o Sr. **Sérgio Machado Rezende**, ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, **Carlos Bielschowsky** (secretário de Educação a Distância), representando o Sr. **Fernando Haddad**, ministro de Estado da Educação, **Paulo Ramos Derengoski**, **Lourival Antonio Macedo**, **Murilo César Ramos**, **Daniel Aarão Reis Filho**, **João Jorge Santos Rodrigues**, **José Paulo Cavalcanti Filho**, **Maria da Penha Fernandes**, **Manoel Roberto Seabra Pereira**, **Heloisa Starling**, **Maria Tereza Cruvinel**, na qualidade de diretora Presidente, além dos seguintes diretores: **Marco Antônio Fioravante**, diretor Jurídico, **Ricardo Collar**, secretário Executivo, **José Roberto Garcez**, diretor de Serviços, **Gerson Barrey**, diretor de Tecnologia da Informação e **Laurindo Leal Filho**, ouvidor Geral. Os ministros de Estado da Educação **Fernando Haddad**, da Ciência e Tecnologia **Sérgio Machado Rezende** e os conselheiros **Ana Luiza Fleck Saibro** (vice-presidente), **Lúcia Willadino Braga**, **Cláudio Salvador Lembo**, **José Antônio Fernandes Martins** e **Paulo Sérgio Pinheiro** justificaram suas ausências. A reunião foi convocada para atender a seguinte pauta: I) Abertura e Aprovação da Ata da 16ª Reunião, II) Posse da conselheira Heloisa Starling, III) Consulta Pública renovação Conselho Curador, IV) Audiência Pública – metodologia/expositores, V) Plano de Cobertura Eleições 2010, VI) Outros Assuntos. Deliberações: I) A Pauta da 17ª e a Ata da 16ª Reuniões foram aprovadas por unanimidade. A Presidente **Ima Célia Guimarães Vieira** informou que as Resoluções do Conselho Curador já constam do *site* da Empresa. O *site* está recebendo nova arquitetura e os conselheiros darão sugestões sobre ele. Informou, também, sobre carta assinada pela Associação das Rádios Públicas do Brasil a respeito do tema rádio digital, distribuída a todos os conselheiros. II) A conselheira-presidente deu posse à historiadora e jornalista Heloisa Starling como membro representante da sociedade civil. Deu-lhe as boas-vindas, dizendo da importância da conselheira para o Conselho Curador. III) Renovação do Conselho Curador. As entidades apresentaram pedido de reconsideração da indicação de Francisco Pereira e Regina Lima, excluídos, anteriormente, por não estarem de acordo com os critérios estabelecidos pela Lei da EBC. A assessoria jurídica da Empresa deu parecer deferindo o pedido de Regina Lima, por ser esta servidora federal concursada, e indeferindo o pedido de Francisco Pereira. Observados os critérios de diversidade regional, étnico-racial, de gênero e pluralidade de experiências e competências profissionais, o Conselho Curador deliberou sobre os nomes das três listas tríplices a serem enviadas ao presidente da República para a escolha dos três novos representantes da sociedade civil. Ordem alfabética: 1 Ana Maria da

Conceição Veloso, Celso Augusto Schroder e Rosane Bertotti; 2 Lara Valentina Pozzobon da Costa, Regina Lúcia Alves de Lima e Takashi Tome; 3 Jacira Silva, Mário Augusto Jakobskind e Nilza Iraci Silva. **Daniel Aarão Reis Filho** sugeriu que, no encaminhamento ao presidente da República, conste a inserção étnica, geográfica e a qualificação profissional, assim como a composição atual do Conselho, de forma a dar subsídios para manter-se a diversidade. **IV) Audiência Pública.** Tema: programação das emissoras de rádio e da TV Brasil. A presidente **Ima Célia Guimarães Vieira** expôs a proposta de duas mesas com dois expositores cada uma; dois falando sobre programação da Rádio e dois, sobre programação da Televisão, fazendo uma provocação inicial e, depois, uma discussão com o público. O ministro **Franklin de Souza Martins** externou que audiência pública é para ouvir o público e que não colocaria especialistas acadêmicos para expor. A diretora-presidente **Maria Tereza Cruvinel** destacou que a audiência pública é o momento de interação com a sociedade, e por isso deve haver um espaço para a Diretoria Executiva mostrar o que está fazendo e depois colher críticas, sugestões, elogios etc. **Murilo César Ramos** acrescentou que o desafio do Conselho é divulgar a audiência, motivar entidades as mais variadas possíveis, de modo a conseguir uma qualificação de quem esteja presente à audiência; e que a exposição tem de ser da Diretoria Executiva. **Ildeu de Castro**, representante do MCT, sugeriu que a Ouvidoria também apresente o seu relato. **Daniel Aarão Rei Filho** sugeriu orientar a Diretoria Executiva a fazer uma apresentação sintética, mostrando os problemas que tem enfrentado, a forma que está vendo para superar tais problemas, provocativa para que o debate possa se articular. **Laurindo Leal Filho**, Ouvidor Geral, agradecendo a proposta de inclusão da Ouvidoria, acrescentou que a audiência pública, na verdade, é uma ouvidoria ampliada e presencial. A diretora-presidente **Maria Tereza Cruvinel** sugeriu uma cota de vagas para ouvintes e telespectadores. O ministro **Franklin de Souza Martins** sugeriu a participação, também, via internet, e que seja vedada a participação de funcionário da EBC para temas outros que não o da audiência. Sugeriu também evitar que os setores tomem o espaço e tumultuem a audiência. O ministro **João Luiz Silva Ferreira** sugeriu tornar disponível um conjunto de informações prévias, a fim de permitir que o cidadão seja capaz de contribuir e fazer uma avaliação correta. Sugeriu, também, a transmissão *on line* via internet e participação virtual. **Marco Antônio Fioravante**, diretor Jurídico, sugeriu lançar no edital, como critério de inscrição, que o cidadão apresente o tema que gostaria de ver abordado. A presidente **Ima Célia Guimarães Vieira** acrescentou que talvez fosse mais interessante uma convocação geral falando do conteúdo do que será discutido. A diretora-presidente **Maria Tereza Cruvinel** alertou para que o tamanho da divulgação e o tamanho do local da audiência sejam correlatos. O ministro **João Luiz Silva Ferreira** sugeriu uma comunicação aberta, mobilizadora, um local para aproximadamente 300 a 400 pessoas e o Conselho preparar-se para tal demanda. **Laurindo Leal Filho**, ouvidor Geral, enfatizou a importância de divulgar a audiência pelas emissoras de rádio e televisão da EBC, cumprindo seu papel de serviço público. **Ildeu de Castro**, representante do MCT, lembrou que o Conselho tem os ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação, da Cultura, uma rede de contatos e instituições importantes no Brasil, que podem estar presentes. O ministro **João Luiz Silva Ferreira** reforçou a importância da participação da Ouvidoria na audiência. **V) A** diretora-presidente **Maria Tereza Cruvinel** informou que a TV Brasil está novamente na Web, com programação ao vivo, em tempo real. Informou que a Diretoria realizou um evento de consolidação formal da rede pública de televisão. Informou, ainda, que, no próximo dia 24, começam as transmissões do canal internacional da TV Brasil para 49 países do continente africano, ficando todos os conselheiros convidados a participarem da solenidade de lançamento. Fez exibir filme mostrando uma síntese dos novos programas lançados pela TV Brasil. **Paulo Ramos Derengoski** alertou que na TV Cultura/SC, a NBR entrou sobre o sinal da TV Cultura de São Paulo. A diretora-presidente fez uma longa apresentação sobre

o plano de cobertura das eleições 2010. A íntegra da exposição constas das notas taquigráficas (fls. 74/93), parte integrante desta ata. O Ministro **Franklin de Souza Martins** alertou que só se deve noticiar a pesquisa quando se tem um volume de pesquisas de diferentes institutos. O Ministro **João Luiz Silva Ferreira** fez a seguinte consideração: "Penso que a TV pública só ganhará maturidade se tiver um corpo interpretativo, de profundidade, de densidade na abordagem de cada fenômeno, no caso a eleição, que dê possibilidade de fato de levantar novos temas, de construir novas abordagens. Essa construção é tão importante quanto construir esse lastro do que não deve ser feito. Essa precisa ser constituída. O pensamento sobre o processo é estratégico para dar lastro em profundidade à abordagem das múltiplas problemáticas que envolvem um processo eleitoral da ordem desse que vamos enfrentar, que vai definir a presidência da república. Essa parte da construção precisa ser feita, senão ficamos muito bem aonde não devemos ir, mas em cima desse lastro não garante uma abordagem que de fato seja singular no sentido de que não contem os vícios do tratamento; os vícios, as ênfases, as prioridades que são dadas pela TV privada." **João Paulo Cavalcante Filho** observou que os cargos mais importantes dentro da entidade são a presidência e a diretoria de jornalismo. "É impensável que os dois sejam ocupados pela mesma pessoa". Solicitou consignar que, neste momento, o Sensus não tenha o mesmo nível de credibilidade dos demais institutos. Quanto a debates de candidatos, asseverou que ou se faz em todos os estados ou não se faz. "Penso que nossa ambição é ser diferente, é falar com mais calma. É, por exemplo, ver o que faz um senador, um deputado, um deputado estadual, um Governador; o que é emenda de bancada, o que é propaganda eleitoral gratuita e como se vota o orçamento. Aí é ser diferente, informar sobre o que está em jogo. Tem tudo a ver com a eleição, mas nada a ver com as candidaturas. Claro que nunca seremos os maiores em audiência, mas haverá sempre uma massa de audiência das pessoas que querem a informação que não está nas outras redes. Realmente, gostaria de perguntar: quem é que ensina ao eleitor o que é consciência eleitoral? Por que o candidato que tem mais votos não é o eleito, enquanto o outro é por conta dos votos de bancada? Como é que funciona? É algo que ninguém explica. Se pudéssemos usar o nosso tempo nas eleições dando lição de cidadania estaríamos prestando um serviço melhor." **Heloisa Starling** deu os parabéns pelo trabalho e solicitou ao Conselho organizar um evento em Minas Gerais. O ministro **Franklin de Souza Martins** fez a seguinte observação: "Penso que devamos ter a preocupação de uma celebração da democracia e uma responsabilização com a democracia; que seja a questão mais importante. Penso que seja a linha de discussão, de debate dos grandes problemas etc." **Manoel Roberto Seabra Pereira** elogiou a proposta da diretoria de Jornalismo e fez as seguintes observações: "Seria interessante falar da história da eleição no Brasil, dos partidos, do voto. É muito importante ter material histórico. Sobre os candidatos menos cotados, talvez dedicar uma grande reportagem para dizer quem é esse candidato, o que representa e, talvez, dessa forma, dar uma cobertura a eles. A TV Câmara, principalmente, e TV Senado têm muito material pronto sobre esse tema. Fez vários interprogramas explicando o que é um deputado federal, estadual, um senador, um vereador, material educativo que pode ser aproveitado, pois já está pronto e não custará nenhum centavo à TV Brasil. Em relação às pesquisas, não fornecer simplesmente o resultado do instituto, mas sempre uma média ponderada sobre as últimas pesquisas institutos maiores, dar sempre a média ponderada dos institutos. Pode ser uma experiência interessante para a TV Brasil." **Paulo Ramos Derengoski** solicitou que se utilize os mesmos institutos de pesquisa para todos os estados. **João Jorge Santos Rodrigues** fez as seguintes considerações: "As eleições no Brasil possuem o histórico de serem exatamente realizadas para a manutenção de um poder; foi assim na Colônia, nas eleições que indicavam representantes do Brasil para Portugal; foi assim no Império; e sempre foram caracterizadas pelos impedimentos,

como o da mulher votar, do analfabeto votar, daquele que tinha menos de 1 mil e 800 contos de réis. Estamos começando a aperfeiçoar o que chamamos de regime democrático. Se o sistema da EBC conseguir fazer algo diferente do que seja, na realidade, uma aula de comunicação, daquilo que chamávamos de educação moral e cívica no passado, superando as distorções, talvez compreendamos melhor como é o sistema político brasileiro, que é extremamente complexo, sofisticado, binário, ora presidencialista, mas ora tem a força do parlamento. Grande parte da população não identifica em que se está votando, mas em quem está votando, o que se vai fazer no cargo mais desconhecido dos brasileiros, o de senador. Sabem quem é o vereador, o deputado, o presidente, mas existem figuras dentro do sistema político brasileiro que precisam estar visíveis, como a figura do suplente. Pergunta-se: há senadores indígenas, senadores com necessidades especiais, senadores negros ou senadoras negras? Há senadores defendendo a cultura, defendendo políticas regionais? Por quê? Simplesmente porque desconhecemos quem é esse terceiro cargo mais importante do País. Talvez explicações bastante básicas do Direito, de como é o Brasil, os Poderes da União, como se elege para o Poder Legislativo, para o Poder Executivo. Talvez o papel da EBC seja o de fazer, a partir de agora, a descoberta de que a eleição tem um significado, que é o acompanhamento durante 4 ou 8 anos. A EBC poderia iniciar essa etapa." A presidente **Ima Célia Guimarães Vieira**, à luz de todas as contribuições dos conselheiros, solicitou à Diretoria Executiva refazer o documento e reapresentá-lo em uma semana, a fim que o Conselho possa se manifestar sobre a última versão, para a promulgação da resolução sobre o tema. A diretora-presidente **Maria Tereza Cruvinel** fez longa abordagem sobre as observações dos conselheiros (fls.113/122 n.t.). Quanto aos institutos de pesquisa, ficou deliberado que a Diretoria Executiva dirá quais são os maiores e mais reconhecidos. Quanto aos candidatos, a mesma regra, dará tratamento preferencial aos mais competitivos. Nada mais havendo a tratar, a conselheira-presidente **Ima Célia Guimarães Vieira** agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião. Para constar, eu, **Diogo Moyses Rodrigues**, secretariei a reunião, lavrei a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos presentes na reunião.


IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA
Presidente


JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA
Ministro de Estado da Cultura


FRANKLIN DE SOUZA MARTINS
Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República


ILDEU DE CASTRO
Representante do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende

CARLOS BIELSCHOWSKY

Representante do Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad

MURILO CÉSAR RAMOS
Conselheiro

PAULO RAMOS DERENGOVSKI
Conselheiro

DANIEL AARÃO REIS FILHO
Conselheiro

JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES
Conselheiro

HELOISA STARLING
Conselheira

LOURIVAL ANTÔNIO MACEDO
Conselheiro

MARIA DA PENHA FERNANDES
Conselheira

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO
Conselheiro

LAURINDO LEAL FILHO
Ouvidor-Geral da EBC

MANOEL ROBERTO SEABRA
Conselheiro

MARIA TEREZA CRUVINEL
Diretora-Presidente da EBC

DIOGO MOYSES RODRIGUES
Secretário